

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.767.503 - CE (2020/0253983-9)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : ESTADO DO CEARÁ
PROCURADORE : JEFFERSON DE PAULA VIANA FILHO - CE018401
S
DAMIAO SOARES TENORIO - CE026614
AGRAVADO : A C M T
AGRAVADO : M A T M
AGRAVADO : A N R M (MENOR)
AGRAVADO : Y M R M (MENOR)
AGRAVADO : A P DA S R - POR SI E REPRESENTANDO
ADVOGADOS : DJALMA ALVAREZ BROCHADO NETO - CE018602
JAMYLLE DIONIZIO FREITAS - CE024862
TIAGO MAIA VIEIRA - CE026045

DECISÃO

Cuida-se de agravo apresentado por ESTADO DO CEARÁ contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ, assim resumido:

APELAÇÃO CÍVEL MORTE DE DETENTO POR TROMBOEMBOLIA PULMONAR NEGLIGÊNCIA NA PRESTAÇÃO DE SOCORRO RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO CARACTERIZADA INDENIZAÇÃO DEVIDA DANOS MATERIAIS PENSÃO MENSAL DEVIDA AOS FILHOS MENORES VALOR DE 23 DO SALÁRIO MÍNIMO RENDA DO FALECIDO NÃO COMPROVADA DANO MORAL IN RE IPSA INDENIZAÇÃO A SER DIVIDIDA ENTRE OS PAIS A COMPANHEIRA E OS FILHOS SENTENÇA MODIFICADA 1 NO CASO DOS AUTOS O DETENTO APÓS DIAS APRESENTANDO SINTOMAS TEVE CONFIRMADO O DIAGNÓSTICO DE “TROMBOSE VENOSA PROFUNDA” POR MEIO DE EXAME EM CLÍNICA PARTICULAR NÃO CUSTEADO PELO ESTADO MESMO APÓS ESSE DIAGNÓSTICO QUE DEMANDAVA TRATAMENTO IMEDIATO FOI LEVADO DE VOLTA AO PRESÍDIO ONDE UMA HORA DEPOIS TEVE SEU QUADRO CLÍNICO SERIAMENTE AGRAVADO COM NECESSIDADE DE ACIONAMENTO DE AMBULÂNCIA DO SAMU PARA LEVÁ-LO AO HOSPITAL FALECENDO ALI APÓS DUAS HORAS E

MEIA 2 CONFIGURADA A NEGLIGÊNCIA DO ESTADO EM SEU DEVER DE SOCORRO O QUE ACARRETOU O ÓBITO DO DETENTO QUE ESTAVA SOB SUA CUSTÓDIA FICA CARACTERIZADA A RESPONSABILIDADE CIVIL ESTATAL 3 DE ACORDO COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ EM SE TRATANDO DA MORTE DE GENITOR A PENSÃO AOS FILHOS DEVERÁ SER DE 23 DO SALÁRIO MÍNIMO CASO O FALECIDO NÃO EXERCESSE TRABALHO REMUNERADO OU FOSSE DESCONHECIDA SUA RENDA 4 É INDISCUTÍVEL QUE A PERDA DE UM ENTE FAMILIAR GERA DANO MORAL IN RE IPSA DISPENSADA A SUA COMPROVAÇÃO 5 APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA.

Quanto à primeira controvérsia, alega violação do art. 944 do CC, no que concerne à necessidade de minorar o valor arbitrado em sede de danos morais ante o princípio da razoabilidade, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

O Estado do Ceará, ora recorrente, fundamenta o presente Recurso Especial no permissivo constitucional esculpido no art. 105, inciso III, alínea a, da Constituição Federal, por entender que o acórdão vergastado contrariou o art. 944 do Código Civil, vez que o valor arbitrado em sede de danos morais está além da razoabilidade aplicada ao caso concreto, o que favorece o enriquecimento sem causa da vítima (fls. 237).

DA QUANTIFICAÇÃO DA INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS - DO VALOR EXORBITANTE ARBITRADO A TÍTULO DE DANOS MORAIS DA VEDAÇÃO AO ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. OFENSA AO ARTIGO 944 DO CÓDIGO CIVIL (fls. 237/238).

No acórdão que julgou o recurso de apelação, o Tribunal de Justiça do Estado do Ceará arbitrou a condenação do Estado-membro ao pagamento do montante de R 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) em danos morais. Contudo, o acórdão recorrido não merece prosperar. Vejamos. Inicialmente, impende considerar que o Código Civil, ao regular a matéria relativa à indenização por ato ilícito, aplicável aos casos de responsabilidade civil do Estado, sobretudo em relação ao quantum indenizatório, a fim de balizar a fixação da indenização, de acordo com critérios objetivos.

Nesse sentido, veja-se o que estabelece o art. 944, in verbis: Art. 944. A indenização mede-se pela extensão do dano. Parágrafo único. Se houver excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o dano, poderá o juiz reduzir, equitativamente, a indenização (fls. 238).

Logo, a possibilidade de redução do valor arbitrado a título de

indenização, seja qual for a natureza do dano, é permitida, por expressa determinação legal. Este Colendo Superior Tribunal de Justiça já entendeu pela possibilidade de redução dos valores arbitrados a título de danos morais em sede de Recurso Especial, quando se estiver diante de valores exorbitantes, o que é o caso dos autos, considerando todos os aspectos particulares do caso concreto (fls. 238).

Assim, no caso em exame, torna-se evidente a desproporção entre o dano causado, considerado tanto em relação a sua extensão quanto à gravidade da suposta culpa do agente causador do dano, e o valor arbitrado a título de danos morais R 75.000,00 (setenta e cinco mil reais).

Ora, a parte autora declarou expressamente ser hipossuficiente, ou seja, pobre na formada lei. Deve ser tal fato levado em conta quando de uma possível quantificação a título de danos morais.

De acordo com a jurisprudência dessa Colenda Superior Corte de Justiça, o quantum indenizatório devido a título de danos morais deve assegurar a justa reparação do prejuízo sem proporcionar enriquecimento sem causa do autor, além de levar em conta a capacidade econômica do réu, devendo ser arbitrado pelo juiz de maneira que a composição do dano seja proporcional à ofensa, calcada nos critérios da exemplariedade e da solidariedade (AgRg no REsp 901897 / RN, Primeira Turma, Rel. Min. Luiz Fux, DJ 17/12/2008 (fls. 240).

Quanto à segunda controvérsia, refere-se à necessidade de afastar os danos materiais, ou seja, a pensão por morte, já que não houve comprovação da dependência econômica da promovente em relação ao falecido, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

DOS DANOS MATERIAIS PENSÃO POR MORTE
NECESSIDADE DE SE PROVAR A DEPENDÊNCIA E O
VALOR DA RENDA MENSAL AUFERIDA PELO DE
CUJUS Merece reforma da sentença, pois o magistrado não observou jurisprudência no sentido de indeferir o pedido de pensão nos casos o ex-detento não trabalhava anteriormente ao momento do recolhimento ao cárcere (fls. 245).

No que tange aos danos materiais, impende dizer, data vênia, que será de todo infundado a decisão que conceder o valor correspondente a danos materiais nesse sentido, conforme se demonstrará a seguir. Em primeiro lugar, não ficou comprovado que o falecido exercia qualquer atividade remunerada. Revela-se, portanto, de incongruência irrefutável que se pretenda divisar o recebimento de pensão, já que não houve comprovação da dependência econômica da promovente em relação ao falecido (fls. 245).

O Código Civil atrela a indenização por danos materiais no caso de morte à obrigação de prestar alimentos (art. 948, I), o que nos

remete à interpretação do art. 1.695 do Código Civil, segundo o qual a obrigação de prestar alimentos só surge quando o alimentante tiver condições de prover os alimentos. Da conjugação desses dispositivos sobressai uma conclusão irrefutável: se alguém de quem se pede alimentos não desenvolve atividade econômica, não possuindo renda, a obrigação de prestar alimentos não se configura. No presente caso, em virtude do parente da autora não exercer atividade econômica quando de sua morte, ou seja, em virtude de não estar obrigado a prestar alimentos, não pode incidir o art. 918, I do CC, não existindo, destarte, a obrigação do Estado de indenizar os danos materiais com base em eventuais alimentos devidos pelo genitor (fls. 246). Com efeito, não constam nos autos provas sobre a atividade laborativa do genitor, a remuneração que esse recebia, bem como o quantum repassado para esse fim, negligenciando a autora, mais uma vez, o seu ônus (art. 373, inciso I, CPC). Cabe anotar que, em se tratando de alegação de danos materiais, os danos emergentes e os lucros cessantes não podem ser presumidos, nem se admite que sejam estipulados com base em mero depoimento, ausente a real demonstração de diminuição patrimonial (fls. 248).

É, no essencial, o relatório. Decido.

No que concerne à primeira controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 7 do STJ (“A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial”), uma vez que, muito embora possa o STJ atuar na revisão das verbas fixadas a título de danos morais, esta restringe-se aos casos em que arbitrados na origem em valores irrisórios ou excessivos, o que não se verifica no caso concreto.

Nesse sentido: “Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte permite o afastamento do óbice da Súmula n. 7 do STJ para possibilitar sua revisão. No caso, a quantia arbitrada na origem é razoável, não ensejando a intervenção desta Corte”. (AgInt no AREsp 1.214.839/SC, relator ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe 8/3/2019.)

Confirmam-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no AREsp 1.672.112/SP, relatora Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe de 27/8/2020; AgInt no AREsp 1.533.714/RN, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 28/8/2020; e AgInt no AREsp 1.533.913/RJ, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 31/8/2020.

Quanto à segunda controvérsia, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que a parte recorrente deixou de indicar precisamente os dispositivos legais que teriam sido violados, ressaltando que a

mera citação de artigo de lei na peça recursal não supre a exigência constitucional.

Aplicável, por conseguinte, o enunciado da citada súmula: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido: "A ausência de expressa indicação de artigos de lei violados inviabiliza o conhecimento do recurso especial, não bastando a mera menção a dispositivos legais ou a narrativa acerca da legislação federal, aplicando-se o disposto na Súmula n. 284 do STF". (AgInt no AREsp n. 1.684.101/MA, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 26/8/2020.)

Confiram-se ainda os seguintes precedentes: AgInt no ARESP n. 1.611.260/RS, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 26/6/2020; AgInt nos EDcl no REsp n. 1.675.932/PR, relator Ministro Francisco Falcão, Segunda Turma, DJe de 4/5/2020; AgInt no REsp n. 1.860.286/RO, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 14/8/2020; AgRg nos EDcl no AREsp n. 1.541.707/MS, relator Ministro Joel Ilan Paciornik, Quinta Turma, DJe de 29/6/2020; AgRg no AREsp n. 1.433.038/SP, relator Ministro Rogerio Schietti Cruz, Sexta Turma, DJe de 14/8/2020; REsp n. 1.114.407/SP, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe de 18/12/2009; e AgRg no EREsp n. 382.756/SC, relatora Ministra Laurita Vaz, Corte Especial, DJe de 17/12/2009.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários de advogado em desfavor da parte recorrente em 15% sobre o valor dos honorários sucumbenciais que serão fixados em liquidação de sentença, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão de justiça gratuita.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente